

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

SOCIAL ASSISTANCE IN BRAZIL: A BIBLIOMETRIC REVIEW

Afonso Valau de Lima Junior, Bianca Reichert, Viviane de Senna e Adriano Mendonça Souza

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a evolução das pesquisas sobre assistência social e os projetos praticados pelo governo federal ao longo do tempo. Para isso, uma pesquisa no site de periódicos da CAPES foi realizada, foram verificados os artigos publicados sobre a temática “Assistência Social”. Dos 3.405 resultados encontrados foram separadas as pesquisas publicadas após 2005 e classificadas por área de publicação e por eixos do Plano Brasil Sem Miséria. Desta maneira, restaram 984 artigos distribuídos em 10 subgrupos.

Palavras-chave: Assistência social, produção científica, estudo bibliométrico.

ABSTRACT

This study aims to analyze the development of research on social assistance and projects performed by the federal government over time. For this, a search in serial site was carried from CAPES, the articles published on the topic "Social Assistance" were checked. 3,405 results of separate surveys were published after 2005 and classified by area of publication and axes Plan Brazil Without Poverty. Thus, remaining 984 articles divided into 10 subgroups.

Keywords: social assistance, scientific, bibliometric study.

1 INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988 passaram a ser desenvolvidas, pelo governo do Brasil, ações voltadas a assistência social aos necessitados. Atualmente são consideradas famílias em situação de extrema pobreza as que recebem renda *per capita* inferior a setenta reais mensais. Ou seja, os programas assistenciais têm o objetivo de reduzir ou aplacar os problemas enfrentados pelas pessoas mais necessitadas.

Programas como este tem significativa relevância para o país visto que almejam a garantia das mínimas condições de subsistência da população. Essas garantias se estendem para áreas como direitos civis, educação, saúde, cultura, entre outras. Ainda, dentre as suas regras, estabelecem aos pais de família a obrigatoriedade da manutenção dos filhos, menores de idade, na escola. Em longo prazo, a expectativa é de que estas ações do governo beneficiem a população de modo a excluir a situação de vulnerabilidade extrema.

Da mesma maneira que foram implantados os primeiros programas voltados ao assistencialismo iniciaram os estudos sobre o assunto. Muitos autores desenvolvem estudos que tratam do tema dignidade humana e é quase unanime a opinião de que sem condições básicas de sobrevivência e autorrespeito não há dignidade. Tomando por base preceitos como este é possível visualizar o enfoque que deve ser dado pelas políticas públicas para garantir os direitos da população e as pesquisas que podem ser desenvolvidas para verificar o alcance e efetividade dessas políticas.

Neste contexto, o estudo tem por objetivo obter uma visão sobre as pesquisas na área de assistência social, ou seja, dos projetos de assistência social praticados pelo governo federal e a evolução destas ao longo do tempo, a partir de sua regulamentação. Para isso a metodologia utilizada é de natureza quantitativa, utiliza procedimento bibliométrico e a abordagem é descritiva.

2 PROGRAMAS ASSISTENCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

A Constituição de 1988 é posterior ao esgotamento do regime militar, reestabeleceu as eleições diretas, colocou fim a censura, ampliou os direitos trabalhistas, ou seja, é a mais democrática que o Brasil já teve, pois na sua criação houve a participação popular. Visava à democracia, a liberdade e a justiça social, por isso, calçou-se em princípios de descentralização político-administrativa e dividiu as responsabilidades e competências entre os entes federados: município, estado, União e Distrito Federal.

Nesta Constituição a assistência social passou a ser reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, permanece vigente e regulamentando o país. Desde então os benéficos e programas de assistência passaram a ser criados, pois em 1989 foi regularizada a situação do órgão Assistência Social (BRASIL, 1989). As políticas sociais passaram a ter uma nova direção devido a ideologia neoliberal que ocorreu a partir dos anos 1990 e o assistencialismo passou a ser tratado como uma política pública. Entretanto a Lei Orgânica de Assistência Social só foi sancionada em dezembro de 1993.

Em 2004 foi regulamentado o Programa Bolsa Família, pelo Decreto 5.209/04, que provem da união dos Programas Fome Zero, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, os primeiros programas criados. A assistência social no Brasil é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e as cinco secretarias vinculadas. A Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema

Pobreza é responsável pela gestão do Plano Brasil sem Miséria (BRASIL, 2011). Este Plano tem como objetivo superar a extrema pobreza através de programas e ações. É considerada situação de extrema pobreza famílias que possuem renda per capita inferior a setenta reais mensais.

O Plano é dividido em três eixos, o eixo 1, nominado de Garantia de Renda é composto pelos programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. Ambos têm a função de garantir a complementação, em valores monetários, para que a renda das famílias seja superior a estabelecida para situação de extrema pobreza.

O eixo 2 denominado Acesso a serviços tem-se os programas Minha Casa Minha Vida, Programa Crack, é possível Vencer, Distribuição de Medicamentos, Programa Mais Educação, Programa Brasil Alfabetizado, Rede de Proteção Social, Programa Brasil Sorridente, Programa Olhar Brasil, Rede Cegonha, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Através desses programas o governo pretende prestar assistência habitacional, à saúde, à educação entre outros de forma gratuita e de qualidade. Para chegar a esse objetivo conta com a parceria de vários outros Ministérios.

No eixo 3, Inclusão Produtiva Urbana e Rural o intuito é fazer com que a população tenha condições de produzir sustentavelmente. Por isso, os programas são subdivididos em duas classificações, A promoção da inclusão produtiva nas cidades e A promoção da Inclusão Produtiva no campo. Os programas criados dentro deste eixo servem para capacitar os cidadão e oferecer estrutura produtiva a custos acessíveis.

A Secretaria Nacional de Renda e Cidadania coordena o Programa Bolsa Família, e suas particularidades. A Secretaria Nacional de Assistência Social efetua a gestão do Programa Nacional de Assistência Social, a implementação do Sistema Único de Assistência Social e a gestão do Fundo Nacional de Assistência Social que financia os programas, serviços e projetos da assistência social. A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação é uma unidade técnica-administrativa responsável pelo monitoramento das informações das políticas e dos programas desenvolvidos pelo Ministério. Por fim, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional supervisionar as ações relacionadas à Segurança Alimentar Nutricional.

Sob a coordenação das Secretarias os programas desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome e seus profissionais trabalham para reduzir as diferenças sociais existentes no país, bem como para oferecer o mínimo de qualidade de vida à população. A razão de existir da maioria dos programas criados é de fazer com que a população saia da faixa crítica de pobreza e consiga produzir de forma sustentável mantendo sua dignidade.

3 METODOLOGIA

Com o intuito de atingir o objetivo do trabalho, de obter uma visão das pesquisas que estão sendo desenvolvidas sobre as assistências sociais e sua evolução ao longo do tempo, optou-se por desenvolver uma pesquisa de caráter descritivo e documental. A pesquisa descritiva, por sua vez, objetiva descrever características de uma determinada população ou fenômeno, para Silva e Menezes (2000).

Possui natureza quantitativa, pois se caracteriza pela quantificação da coleta de informações, assim como pelo tratamento aplicado através das técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Ou seja, as publicações científicas sobre o tema definido serão mensuradas e analisadas através do método bibliográfico, que permite investigar uma gama muito grande de fenômenos que podem servir de suporte instrumental analítico para outros tipos de pesquisa, ou também esgotar-se em si mesma (VERGARA, 1998).

O método de seleção dos periódicos é semelhante ao utilizado em outros artigos como Serafini et al. (2011), Sant’Anna et al. (2012) e Lopes (2012). Para a organização do estudo definiu-se como fonte de dados o site de periódicos nacionais e internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A utilização do Portal de Periódicos CAPES justifica-se pela facilidade de acesso, pela relevância dos trabalhos realizados e pela quantidade de periódicos disponíveis aos pesquisadores.

A palavra-chave pesquisada foi “Assistência Social” no campo “Buscar Assunto”. Foram selecionados todos os artigos que continham a palavra-chave no título, no resumo e como tema da pesquisa. A pesquisa foi realizada no mês de dezembro de 2013. Após a identificação dos artigos sobre o tema foram eliminados os itens duplicados, extraídos os que se enquadravam nos eixos do Plano Brasil Sem Miséria e divididos conforme temática principal. Para desenvolver a classificação foi utilizada uma planilha eletrônica.

4 RESULTADOS

Com a utilização do termo “Assistência Social” no campo “Buscar Assunto” do site de periódicos da CAPES foram encontrados 3.405 artigos no período compreendido entre os anos 1969 a 2013, com frequência demonstrada no Gráfico 1:

Gráfico 1: Frequência dos artigos sobre Assistência Social por ano.



Foram retirados os artigos que apareceram mais de uma vez por estar em bases diferentes o total reduziu para 2.808 artigos. Contudo, o interesse da pesquisa se dá aos programas de assistência social posteriores aos regulamentados pela Constituição Federal de 1988 e o Programa Bolsa Família que consiste na unificação dos quatro primeiros projetos assistencialistas lançados. Ou seja, foram selecionados os artigos a partir do ano de 2005, que somam 2.421.

Após essa seleção foi feita a classificação dos artigos para determinar a sub área a que pertencem, de acordo com a classificação estabelecida por temática, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: divisão dos artigos por temática.

Sub área dos artigos	Quantidade
Assistência social	277
Cultura, economia e política	272
Direito	37
Educação	139
Idosos	104
Infância e adolescência	80
Psicologia	185
Religião	28
Saúde	1240
Violência	59
Total geral	2421

Consideraram-se válidos para a pesquisa os artigos em que o estudos se relacionam com os eixos do Plano Brasil Sem Miséria por ano como pode ser evidenciado na Tabela 2:

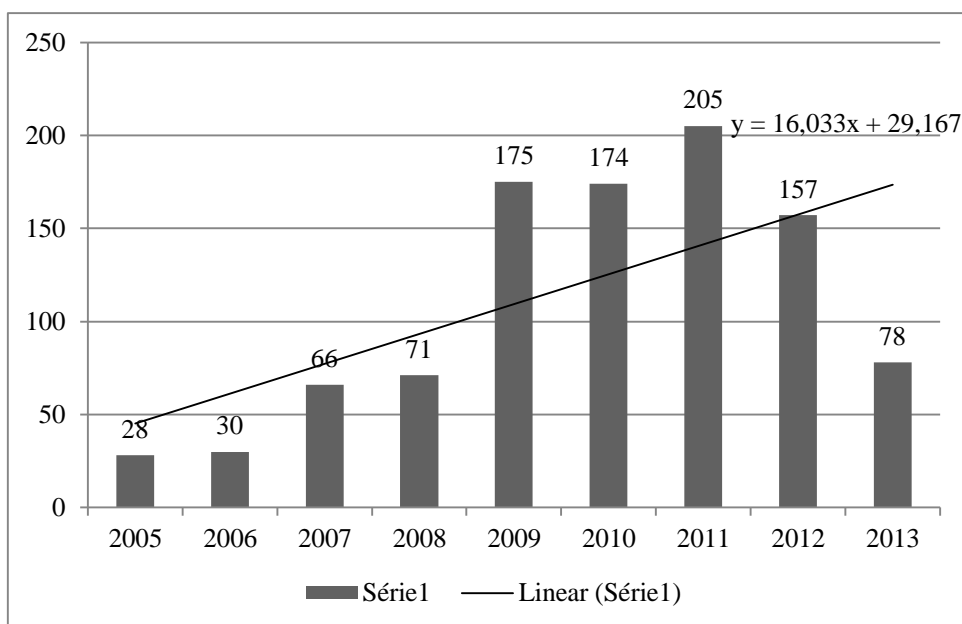
Tabela 2: Seleção dos artigos que estudam os programas do Plano Brasil Sem Miséria

Sub área dos artigos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Assistência Social	5	4	13	8	27	29	32	25	3	146
Cultura, Economia e Política	0	1	0	1	1	4	3	3	1	14
Direito	0	0	1	0	3	1	2	2	0	9
Educação	0	2	0	1	2	4	2	3	2	16
Idosos	1	3	5	6	5	28	7	7	3	65
Infância e Adolescência	5	0	2	5	7	6	7	5	2	39
Psicologia	8	4	8	4	23	13	31	12	8	111
Saúde	8	15	35	42	101	84	119	95	55	554
Violência	1	1	2	4	6	5	2	5	4	30
Total	28	30	66	71	175	174	205	157	78	984

De acordo com a classificação estabelecida para a separação dos periódicos pode-se verificar que 56,30% dos trabalhos realizados envolvem pesquisas dos programas voltados para a área da saúde. No entanto, se somarmos a esse percentual as áreas de assistência psicológica, aos idosos e a infância e adolescência obtemos aproximadamente 78% dos casos de pesquisas ou 769 unidades. Os programas que atendem o eixo 1 do Plano somam 14,84% dos estudos realizados. E os que envolvem a temática violência somam 3% do total. As demais classificações somadas não chegam a 4%.

No Gráfico 2 é possível observar o total de estudos realizados por ano no período compreendido entre os anos de 2005 a 2013 disponíveis para consulta no site da de periódicos da CAPES.

Gráfico 2: Total de artigos que se enquadram no objetivo da pesquisa



De acordo com a linha de tendência linear apresentada no Gráfico 2, é possível evidenciar uma tendência crescente na quantidade de pesquisas realizadas. Ainda é possível confirmar esta expectativa com a análise da equação que representa esta reta, já que, o parâmetro que acompanha o coeficiente angular é positivo. Entretanto essa ascendência na reta se dá devido a período de crescimento significativo ocorrido entre os anos de 2009 a 2011. A partir do ano de 2012 é possível identificar queda na quantidade de pesquisas publicadas.

CONCLUSÃO

O objetivo estabelecido para este trabalho foi obter um parâmetro das pesquisas sobre os programas de assistência social desenvolvidos pelo governo federal e incluídos no Plano Brasil Sem Miséria, já que, todos os programas assistências pertencem a este Plano. Como os principais programas existentes e ainda em vigor foram regulamentados após o ano de 2004, os artigos selecionados para análise datam de 2005 em diante. Os resultados evidenciam interesse dos acadêmicos em estudar essa temática.

Mais da metade dos trabalhos publicados se desenvolvem na área de saúde, seguidos pelos estudos dos programas especificamente de assistencialismo social. Também, é possível observar que nos últimos dois anos ocorreu uma queda significativa nas pesquisas. No entanto, muitos programas sociais são coordenados mutuamente por mais de um ministério, ou seja, estas pesquisas podem estar recebendo novas vinculações.

Há uma vasta gama de oportunidades de estudos a serem desenvolvidos sobre a temática da assistência social e os programas relacionados. Toda pesquisa desenvolvida acrescenta em conhecimento novo para a população. Principalmente porque a cada avanço em qualidade de vida para as pessoas, novos projetos precisam ser pensados ou antigos remodelados. Já que, a cada necessidade satisfeita outra nova surge e precisa ser suprida.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Constituições Brasileiras: 1988. vol. VII. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2004.

Decreto nº 5.209, de 17/09/2004

Lei 3099 de 14/09/1989

Decreto nº 7.492, de dois de junho de 2011,

CAPES - Classificação de Periódicos, Anais, Revistas e Jornais. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br>

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1999.

SERAFINI, M.R; RUSSO, S.L.; PAIXÃO, A.E.; SILVA, G.F. Prospecção Tecnológica no Brasil: Características da Propriedade Intelectual no Nordeste. RevistaGeintec.v.1, n.1, 2011.

SILVA, Edna L., MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.